



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA SÉTIMA (7ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano dois mil e dezanove, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Sétima (7ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada, nos termos da Relação da Matéria, datada de 22 de março de 2019. Às 22h45, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), Gérson Luiz Rossi Júnior (06), Jorge Setoguchi (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Roberto de Souza Leite (09), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (10), Marcos Antonio Franco (11), Maria Helena Scudeler de Barros (12), Moacir Genuario (13), Orivaldo Aparecido Magalhães (14), Samuel Nogueira Cavalcante (15), Sônia Regina Rodrigues (16) e Tiago César Costa (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

106, da citada Resolução, convidou o Vereador Alexandre Cintra, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, o Presidente deu por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**". Todavia, não existiram proposituras, ou documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário e o Sr. Presidente facultou o uso da palavra, no "Expediente", anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Porém, por acordo de lideranças, todos os inscritos desistiram do uso da palavra. Ato contínuo, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 22h50, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO**: "ex-vi" do disposto no § 1º, inciso I, do **Artigo 171 do Regimento Interno**: **1.** Projeto de Lei nº 12, de 2019, de autoria do Prefeito Municipal, "dispondo sobre a criação das Centrais de Resíduos e dando outras providências". Parecer Conjunto das Comissões de Justiça e Redação; de Educação, Saúde e Assistência Social; de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas e de Finanças e Orçamento. Com a palavra Vereador Gérson Luiz Rossi Junior: "Nós estivemos aqui, com o Secretário do Meio Ambiente, Ivair Biazotto, que explanou sobre a importância deste projeto, e é importante que nós, como vereadores, estejamos cientes de como funcionará, com as informações trazidas por ele. O recolhimento de entulhos, bagulhos, é um problema de muitos anos, eu vejo vários vereadores reclamando dos sofás, colocados, nas calçadas, enfim, é um problema, que muito assola nossa cidade, e as outras também, as cidades passam por esse consumismo, gerando o grande acúmulo de lixo. O lixo aproveitável, orgânico, domiciliar, é recolhido, hoje, pela Construrban, porém, há um grande



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

número de lixos e resíduos urbanos, que, às vezes, não são recolhidos pelo município, e um dos detalhes deste projeto de lei é o seguinte: os recolhimentos, da forma como são feitos, meio metro cúbico de entulho, resto de construção, podas de árvores, tudo isto continuará, normalmente, não haverá nenhuma retirada de serviço público, o que será criado, com esse projeto de lei, serão centrais de resíduos, que, inicialmente, estarão em dois locais: um, na Zona Norte, antigo Canda, onde funcionava um centro de atendimento, e, outro, no antigo Matadouro, ou antigo DSM, que se localiza, no início da Zona Leste, podemos assim dizer, próximo, ao Linda Chaib. Nesses dois pontos, serão criadas parcerias, com Cooperativas de trabalho, que já estão sendo feitas, salvo engano, são essas duas: a Cooper Vida, e a Cooper Mogi, e cada uma ficará, nesse local, recebendo esses resíduos, como bagulhos, eletroeletrônicos, embalagens, resíduos de construção civil, onde haverá a separação desses resíduos, cada um, com sua destinação correta. O Secretário Ivair Biazotto nos trouxe essas centrais, sendo duas, de início, e poderão ser ampliadas e são importantes, pois, eliminarão e ajudarão, na educação ambiental, porque, primeiro, será feita a separação do lixo, na sua própria residência, depois, cada tipo de resíduo será destinado, para o lugar específico, usando, lógica reversa, podendo reaproveitar os resíduos urbanos. Outro detalhe é que esta lei é bem geral e não traz muitos detalhes, justamente, porque o Secretário Ivair Biazotto criará essas centrais de resíduos, juntamente, com as cooperativas de trabalho, e moldará, para melhor atender a coleta de resíduo fixo. Será uma experiência de trabalho, caso dê certo, isso não impede, que outros bairros recebam também essas centrais. Isso é muito comum, em muitos países, assim como, em muitas cidades brasileiras, onde não existe a coleta, em frente, às residências, sei, porque visitei um país, para participar de um simpósio sobre isso, e lá, o país possui os locais adequados, em um país de primeiro mundo, em que as pessoas, por exemplo, podam árvores, gramas, eles mesmos, eles mesmos descartam, pois há contêineres separados, cada



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

um, para um tipo de lixo, assim como, eletroeletrônicos, num lugar, papelão, em outro, e papel, em outro. Através disso, acredito, que vamos conseguir educar a população, para que possamos reciclar, reutilizar e reaproveitar o nosso lixo, e, por consequência, reduzir a coleta de lixo orgânico, que não possui reaproveitamento, nem reciclagem, que deve ser destinada ao aterro sanitário, continuando, com a coleta, que será levada, para a sua destinação e lugar correto e ainda, há muito lixo, que pode ser reaproveitado, e este projeto de lei trata deste regramento, que eu acredito. Peço a votação de todos para a aprovação”. Com a palavra Vereador Cristiano Gaioto: “Boa noite, senhor presidente, boa noite, nobres pares. Vereador Gérson Luiz Rossi Junior, tomara, que seja o início desse projeto e que ele possa ser expandido. Tive o privilégio de, sem querer, assumir duas funções, dentro da prefeitura e ficar quase um ano e meio, na limpeza, em que fiz um vídeo, em que mostrei, para o Executivo, no mandato passado, como ficavam as calçadas e as crianças, que andavam, na rua. Fiz também, nas escolas, tais como, na Maria Beatriz, na Zona Norte, no Tucura, Zona Leste e todos os lugares, porque as calçadas ficam totalmente impedidas, por conta do lixo. Sobre colocar resíduos, em calçadas, na minha opinião, não precisa ser país de primeiro mundo, para se ter educação, para que isso seja feito. A prefeitura precisa dar estrutura, para que o projeto seja realizado. Tomara, que seja o início, porque, desde o final de 2014, eu brigava por isto, e o Alexandre, que sempre está aqui e estava, hoje, mas, foi embora, fazia parte, inclusive, da equipe, junto, com o Luís Fabiano. Fazíamos um projeto, para a Eco Pontos, mas, infelizmente, não vingou. Verei, se ainda possuo o vídeo, para mandar, no grupo de vereadores, para que possam ver, como fica a situação das crianças, que andam na rua, a prefeitura acaba não cumprindo, com o calendário, pois o lixo não pode ficar uma semana, na calçada, para que, na outra, seja retirado, e, em uma semana, a criança, que precisa ir para a escola, vai andar, na rua. E o pessoal ainda não respeita o meio metro cúbico, eles depositam muito mais. Tomara, que este seja o início, porque



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

demorou, para que alguém começasse, e eu ainda mostrei, no mandato passado, muitas cidades, as quais visitei, vi, que no começo, a população pode até criticar, mas, depois, acabam acostumando, e o cidadão de bem, consciente, que critica aquele que coloca lixo, nos lixões urbanos, que são formados, essa pessoa, com certeza, apoia o projeto. Espero, que, num futuro próximo, o projeto possa ser expandido, para o bem do nosso meio ambiente, dos nossos filhos e dos nossos netos. Obrigado, senhor presidente”. Com a palavra, a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros: “Senhor presidente, na gestão passada, o senhor Prefeito Gustavo Stupp, trouxe-nos um projeto semelhante, o Eco Ponto. Gostaria tanto de estar com o Ivair Biazotto, mas, naquele dia, não pude vir. Éramos sete vereadores e fomos conhecer o DSM, e, aliás, um ponto será, no antigo DSM. Primeiramente, a vizinhança estava em polvorosa, porque lá, já estava o recolhimento da campanha da dengue, de dois meses atrás, desde vasos sanitários. Isto foi decepcionante, pois, nos fizeram ir até lá e conhecer o DSM, onde seria o único Eco Ponto. Quero conhecer o DSM, hoje, amanhã, ver como ele está, porque já deve estar preparado, e votarei favorável, porque deve haver destino e encaminhamento de forma correta, que receba, o que já está lá, tudo limpo, para receber o novo material, e não da forma, como fez a gestão anterior. Muito obrigada”. Com a palavra o Vereador Marcos Antônio Franco: “Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, para completar, o que a senhora falou, quando eu fazia a campanha da Dengue, para a saúde, nessa época, eu fui um dos motoristas, que levava o lixo, ao DSM. Mas a senhora não sabe o absurdo, que acontecia lá, dentro, sofás eram amontoados e ateados fogo. Eu tenho que falar, porque, será que acontecerá a mesma coisa? Eu levo lixo, onde ficam os ônibus da educação, agora, é lá, que são levados os lixos, antigamente, era para serem descartados apenas galhos, mas, agora, levam-se galhos, pneus, até entulhos, madeiras, que poderiam ser reaproveitadas, mistura-se tudo. Já que esse projeto será aprovado, espero, que aquele que o for administrar, que faça valer o lixo, que for jogado,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

cada um, no seu determinado lugar, caso contrário, de nada adiantará, porque votaremos, num projeto, como idiotas. Obrigado”. Com a palavra o Vereador Luís Roberto Tavares: “Boa noite, senhor presidente, senhores vereadores, aos membros da comissão. Este é o tema do partido, em que estou, o Patriotas, que é o antigo Partido Ecológico Nacional. A coleta seletiva é um assunto importantíssimo, junto, com a destinação correta, e vejo, com bons olhos, mesmo que seja apenas, no papel, e não for levado, com seriedade, mesmo assim, é o início e, existindo um projeto, poderá ser cobrado, e havendo a destinação, poderemos participar e de forma mais atuante. Ouvi o Vereador Gérson Luiz Rossi dizer sobre alguns lugares e citou o antigo Canda, que, hoje, mesmo não havendo projeto, é um local de coleta seletiva. Estou aqui, desde 2005, e, desde então, solicito informações do local, solicitando sempre, para que algo fosse feito, naquele local, e, justo, agora, que há uma negociação do projeto Maguila, para receber um grupo de São Paulo, para fazerem um projeto e está havendo um trabalho, que poderá ser realizado lá, eu torço, para que a prefeitura encontre outro local e lá, seja a destinação, para o projeto Maguila. Voltando, ao projeto, é interessante, porque, hoje, em Mogi Mirim, temos poucas cooperativas, pouco se fazendo, nesse trabalho. Numa audiência pública, feita, no ano de 2017, constatou-se, que o único trabalho feito, em Mogi Mirim, sobre coleta seletiva, sobre o lixo e resíduos do descarte legal e corretamente, era o da cooperativa Vida Nova, e do grupo do Fernando e da Selma, localizado, perto da UPA, o Comercial de Ferros e Sucatas Santa Rita, e, hoje, se não fossem essas duas empresas, a cidade estaria num lixo ambiental feio, e já está. Se andarmos, em alguns locais de Mogi Mirim, veremos. Citei, na semana retrasada, que foram retirados mais de 23 caminhões de lixos, entre galhos, sofás e entulhos, no final da Avenida Expedito Quartieri, lá, no Boa. Só ali, foram mais de 23 caminhões, e, se pegarmos a Avenida Antônio Carlos de Oliveira, próximo, ao Parque do Estado II, não estão mais nem tentando retirar, porque, se for retirar o que tem, hoje, são



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

necessários mais de 50 caminhões. Se não houver um projeto semelhante a este e que funcione, Mogi Mirim virará um caos, sobre o descarte de lixo inadequado. Sou favorável, ao projeto, graças a Deus”. Com a palavra, o Vereador Alexandre Cintra: “Vereador Gérson Rossi, vejo também, com bons olhos, a iniciativa de centrais de resíduos, até porque eu acredito muito, na questão da conscientização e educação da população, relativamente, ao próprio lixo, que produz. Precisam ser responsáveis, por isso, e pelo que fazem, é uma questão de educação mesmo, por isso, algumas cidades, alguns países bem desenvolvidos, tratam muito bem essa questão e, em Curitiba-PR, isso acontece de uma forma brilhante, com muita consciência da população. Município de Mogi Mirim não tem um sistema, para disciplinar resíduos e destinação final de lixo. A Lei Federal nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. É uma questão de economia. Inciso VIII – o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável, como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania. Juntamente, com a federal, a legislação tem também, a Lei Estadual nº 12.300 de 16 de março de 2006, que instituiu a Política Estadual de Resíduos Sólidos e definiu princípios e diretrizes. Os Municípios têm até o ano de 2020, para se adequarem à legislação. Existem dois locais específicos, na cidade, para serem instaladas as Centrais. Locais: antigos prédios do DSM e Canda, Zona Leste e Norte, respectivamente. Peço o apoio de todos, para que votem a favor. Muito obrigado”. Com a palavra, o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: “Senhor presidente, senhores e senhoras. Este projeto, ao meu ver, é um pontapé inicial, para começar a mudar a história de Mogi Mirim, com relação, ao lixo. Esses dias, fui até a Empresa Vaso Art, comprar uma imagem de São Francisco de Assis e lá, os proprietários reclamavam do transbordo. Entrei, então, em contato, com a administração, que, prontamente, foi até lá, e exigiu a retirada do lixo, sendo feita uma grande limpeza, no transbordo. Queria dizer o seguinte, senhor presidente, em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

visita à cidade de São José do Rio Preto, vi um projeto maravilhoso, em funcionamento, uma usina de trituração de restos de materiais de construção, e todo aquele material de concreto, pedras, areias, que saíam daquela usina, eram peneirados e divididos, em vários materiais, os quais eram utilizados, para fazerem pedras sextavadas, para as escolas, e mesas, e sarjetas, para as ruas da cidade e, conversando, com o administrador, segundo ele, a Prefeitura de São José faz uma economia fabulosa, porque não tem gastos, com pedras e areias, por reutilizarem todo o material, e, inclusive, gravei um vídeo, à época, em que estava, em campanha, e aquela é uma ideia muito boa, para ser adotada, para a cidade de Mogi Mirim, no futuro. Este projeto é de suma importância e Mogi Mirim precisa adquirir algumas prensas, para que o lixo seja prensado, por conta do grande volume de lixo, que se tem hoje, necessitando da redução da massa de lixo. Lá, na usina de reciclagem de materiais sólidos, vi algo fantástico, como a questão de empregabilidade, porque havia mais, ou menos umas quarenta pessoas trabalhando, nas cooperativas, e dentro desse local, eram feitas as separações do plástico, das madeiras, das espumas, e de todo material de concreto sólido, sendo esta uma ideia interessante, para Mogi Mirim, porque precisamos ter uma destinação melhor do nosso lixo sólido e, principalmente, o processo de seleção e separação, que é fundamental, para a nossa cidade. Haja vista que hoje as garrafas pets, que são jogadas, no meio ambiente. Em algumas localidades, são aproveitadas, em 90%, de reciclagem, para que outros materiais sejam feitos, como mangueiras e sacos para lixos. Por conta disto, acredito que este projeto seja o pontapé inicial. Muito obrigado, senhor presidente”. Vereador Cinoê Duzo: “Senhor presidente, nobres pares. Tenho somente uma dúvida, caso vocês possam me elucidar: qual secretaria gerenciará? Meio ambiente, ou obras e serviços? Lógico, que vamos votar a favor, mas, nesta noite mesmo, houveram críticas ao secretário”. Com a palavra, Vereador Tiago César Costa: “Eu acho, que o projeto é importante, para a cidade, desde que saia do papel. Reforço a questão da coleta de lixo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

comum, onde, por exemplo, a prefeitura não está dando conta, nem da Construrban, que faz a coleta do nosso lixo urbano, por isso, espero, que não seja uma “letra morta”, o que votaremos aqui, nesta noite, porque sou favorável, aos avanços, na cidade, mas, a prática é a que mais tem valor, ao invés de ficar aprovando leis, que não possuem resultado nenhum. Vemos coletas de galhos e entulhos e um cronograma, que nunca funcionou, ficando apenas, no papel. Há a parte da população e a responsabilidade, de cada um, de recolher seus lixos e destiná-los de forma correta. Espero, que seja um problema resolvido e executado, funcionando, na prática, essa questão da coleta de resíduos, lixos e bagulhos, como consta, na lei. Vimos, que na redação da lei consta a classificação de “bagulhos”, o que me causou, um certo estranhamento. Espero, que os bagulhos sejam colhidos, assim como, as outras coisas citadas, e que, o serviço funcione. Sou favorável, desde que, aconteça, na prática”; (posto a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, unanimemente, o Projeto de Lei nº 12/2019, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito Municipal); **2.** Projeto de Lei nº 07, de 2019, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a reformulação do Conselho Gestor, para administrar a Biblioteca Pública Municipal”. Parecer das Comissões de Justiça e Redação; de Educação, Saúde e Assistência Social; e de Finanças e Orçamento. Com a palavra, o Vereador Alexandre Cintra: “Senhoras vereadoras, senhores vereadores. Na reunião da Comissão de Educação, Assistência Social e Saúde – CESAS, nós recebemos a servidora pública Vitalina Grazieti Bronzatto, da Secretaria de Cultura e Turismo. Ela falou sobre a reformulação do conselho gestor da Biblioteca Pública, um assunto, que entendo perfeitamente bem, por ter trabalhado, na cultura, e ter sido presidente do conselho gestor da biblioteca. Para quem não conhece a biblioteca, hoje, ela possui dois acervos: Guilherme de Almeida e Pedro Paulo Jannuzzi, e é localizada, em um prédio, doado pela International Paper, na antiga CESP, e existe, nela, hoje, um conselho, que precisa ser



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

reformulado, para que as necessidades do sistema municipal de cultura, sejam atendidas. A biblioteca é uma estrutura pequena, um pequeno braço da cultura, com pouquíssimos funcionários, e o que causa surpresa é o volume de atendimentos, sendo gigantesco. Isto, porque ela não é interativa, imaginem se fosse. Muitas bibliotecas, no Brasil, estão fadadas, ao esquecimento, por conta da internet. Esses espaços públicos voltados para a cultura e para a educação, necessitam ser interativos, para que o interesse de crianças e adolescentes seja despertado, e a biblioteca de Mogi Mirim ainda consegue ter um bom atendimento, mas precisa também, se adequar a essa interatividade, para que não caia no esquecimento. Eu pedi e meu requerimento, de hoje, foi aprovado, para saber informações sobre a biblioteca de Martim Francisco, que possui um espaço, dentro da subprefeitura, que até então, possuía um controle, e a população não possui consciência disto. Farei uma ligação, com o projeto de lixo, achando, que a biblioteca é destino final, que é o local, para se receber “livros envelhecidos”, considerados lixos, mas não é, porque há todo um processo de triagem, onde o Conselho Regional de Bibliotecnomia, todo mês, faz uma avaliação da biblioteca e de suas condições. Se não estiver adequada, recebe punições, sendo algo muito sério. Que fique bem claro, para a população, que a biblioteca não é um lugar, para descarte de livros. A biblioteca precisa ter o maior cuidado, para fazer o descarte de livros, sendo de forma consciente e correta. Uma das coisas, que o conselho faz, é aprovar esses descartes, aprovar novos investimentos de interatividade, ajudar o Poder Executivo a administrar a biblioteca, e todos, que estão ali, estão de forma voluntária, a sociedade civil também é representada, dentro do conselho, e está da mesma forma, voluntariamente. A propositura busca autorização legislativa, para que o município possa efetuar uma reformulação no Conselho Gestor, para que possa administrar a Biblioteca Pública Municipal, devidamente reestruturado, em sua composição paritária, dentro da legalidade. Para tanto, é necessária a revogação das leis nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

2171/1991; 2855/1997 e 5119/2011, de forma a estar de acordo, com as novas nomenclaturas, dispostas na Lei nº 5969/2017, que implantou o Sistema Municipal de Cultura de Mogi Mirim. Não voltarei, ao outro projeto, porque se trata do fundo e faz uma ligação a este, e peço aos senhores, por favor, que aprovem o Projeto nº 07, de 2019. Muito obrigado”; (colocado a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, unanimemente, o Projeto de Lei nº 07/2019, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito Municipal); **3.** Projeto de Lei nº 09, de 2019, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a reformulação do Fundo de Amparo e Incentivo à Biblioteca Municipal (FAIB)”. Parecer das Comissões de Justiça e Redação; de Educação, Saúde e Assistência Social; e de Finanças e Orçamento; (submetido a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, unanimemente, o Projeto de Lei nº 09/2019, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito Municipal). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como o Vereador Jorge Setoguchi, inscrito, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Luís Roberto Tavares: “Boa noite, senhores vereadores e vereadoras, público ainda presente. Só retornei aqui, senhor presidente, para concordar, com alguns vereadores, que vieram à tribuna, para falar sobre as máquinas, nas estradas rurais. Vereador Marcos, temos vários anos aqui, como vereador, e o Parque das Laranjeiras, falo muito, por ter experiência e sempre converso, com os moradores sobre isso, o administrador público, que está, no poder, não somente o prefeito, mas aquele, que faz por ele, que é nomeado, o responsável, pela manutenção das estradas rurais, ele possui conhecimento e sabe, que não se arrumam as estradas rurais, em época de chuva, e sim, quando não há chuva, tais como, nos meses de maio a outubro, o restante são meses chuvosos, e, se a máquina é colocada, no Parque das Laranjeiras, no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Planalto Bela Vista, na Rodovia Sétimo Biazotto, nas Chácaras Sol Nascente, em todos esses locais, na época da chuva, acaba só piorando a situação, sendo necessário caminhões, tratores, para a retirada das máquinas atoladas. Essa briga é, infelizmente, eterna, como a história da cigarra e da formiga, pois, quando o tempo está ensolarado, não se faz nada, não faz manutenções, não se faz cacimbas, não faz as curvas, que precisam ser feitas, e não entendo muito disso, mas sei, que cacimbas são importantes, principalmente, em estradas rurais. Visitei várias estradas rurais, naquela, que termina, no Parque Industrial, a última rua, que sai, por baixo, no Planalto Bela Vista, está horrível, porque a água vem arrastando tudo e, quando chega no final, não há como andar, e ficar brigando, com o Valdir, é chover, no molhado. Pedir a manutenção, eles vão, mas é chover, no molhado. O que podemos fazer para a população rural é, assim que terminar a chuva, solicitar e verificar, se estão fazendo a cacimba e se estarão preparados, para o final do ano e para 2020, porque, caso contrário, o ano que vem estará do mesmo jeito, infelizmente. Tem que se ter uma responsabilidade muito grande, com a vinda dessa nova máquina, e já havia conversado, com Valdir, uns dez dias atrás, e tivemos uma reunião sobre isso, sobre a manutenção das estradas, e não apenas a do Planalto Bela Vista, do Parque das Laranjeiras, Domênico Bianchi, mas, em geral. Com a vinda da máquina, ele tem até um fôlego, para tentar resolver essa situação, para se preparar, para o ano que vem. Há também, um assunto sobre a Ponte do Vergel, que virou novela, onde os moradores de lá, foram, com o trator e com uma máquina, e limparam, do jeito deles, tirando a areia, da parte de baixo e de cima. Só para concluir, senhor presidente. Já faz tempo mesmo, que eu estava falando aqui, enfim, limparam e a água começou a passar, por baixo da ponte. Não resolveram o problema, mas, pelo menos, a água não está passando mais, por cima, porque, para que o problema seja resolvido, o desassoreamento precisa ser feito. Mandaram, para mim, uma nota, da Prefeitura Municipal, dizendo que somente a prefeitura tem a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

responsabilidade e pode limpar a ponte, e que, o acesso da estrada será bloqueado. Eu já disse ao Valdir, para não bloquear e não fazer a interdição, porque, para quem tem carro, no Vergel, é uma coisa, mas, para quem não tem, que pega carona, aquele, que vem até o Parque das Laranjeiras, pegar ônibus, é necessário que isso seja resolvido e seja levado mais a sério. Não sei qual será o próximo capítulo, mas precisa ser resolvido, se Deus quiser. Abraço, para vocês vereadores, e boa semana”. Com a palavra, Vereador Marcos Antônio Franco: “Vereador Luis Roberto Tavares, eu concordo, com o que o senhor falou, sobre a Ponte do Vergel. Como um secretário pode fechar um local como aquele? De madrugada, eu vou buscar pacientes, naquele local, no Vergel, e há moradores lá, que não possuem nem carro, e darão a volta por onde? Desculpa, mas aquele que falou, em bloquear aquele local, será que o cara é burro?! Quando eu falo, que tem que dar uma volta, com o Marcos Gaúcho, não estou falando besteira. Por onde o paciente passará, se aquele local for fechado? Se o paciente tiver que dar uma volta, ele sairá quase, em Itapira, mais além, daquela estradinha, que quando chove, não passa carro, expliquem-me, por onde esse morador irá passar? Pelo pedágio? Isso é inacreditável, secretário, me procure, amanhã, no gabinete, e vamos dar uma volta, com o Marcos Gaúcho, para o senhor não ficar falando besteira. Depois, vêm falar. O próprio Vereador Cristiano Gaioto falou, no gabinete do prefeito: “você é um terror, para o secretário, Marcos Gaúcho”. Terror, para o secretário? Não sou, não. Vem andar, com o Marcos Gaúcho, assim como, eu já levei o jornalista do jornal O Popular, e ele sentiu a realidade, não foi?! Na rua 45, ele viu e mostrei a ele, que, se eu descer com a ambulância, eu não subo, tenho que ser especialista, para andar, no Parque das Laranjeiras, e vem um idiota, falando que fechará a estrada, que vai para o Vergel!?! Pelo amor de Deus! Eu não quero falar do jeito, que eu falo! Eu quero sim, é agradecer ao secretário, por fazer um bom trabalho, mas vejo que isto não está acontecendo. Quando saio de madrugada, para buscar paciente, no sítio, não sei se consigo buscá-lo, na



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

casa dele, e, um tempo atrás, fui buscar um paciente, que mora, no sentido de Engenheiro Coelho. Não consegui atravessar, do outro lado, porque, se eu entrasse com o carro da prefeitura, eu ficaria no meio da cacimba, que, ao invés de ser feita, do lado, foi feita, no meio da rua. Se eu sou um motorista, que não tenho celular, para ligar para o paciente, o que faria? Vocês sabem, de que forma eu tenho que fazer, para pegar do outro lado, daquela cacimba? Tivemos que trazer o paciente, com trator, e venham falar, que estou mentindo, que eu levo vocês, até a casa do paciente. Preste atenção, secretário, ou vocês querem, que eu vá até o gabinete do prefeito? Esses dias, um morador disse, que se juntar os dezessete vereadores, não dá um, e teve coragem, de falar isso, para mim, sendo que nós somos os culpados, nós, que somos obrigados. Se o prefeito contrata secretário, encarregado, o prefeito tem a obrigação de começar a prestar atenção nesses cargos comissionados, porque o dinheiro vem do nosso bolso, para eles serem pagos, dinheiro, dos nossos impostos, e não é barato, não. Então, que criem vergonha, na cara, e façam o trabalho, bem feito, porque, daqui em diante, se eu andar por aí, e vir um trabalho mal feito, eu virei à esta Casa, a esta Tribuna, e vou falar. Muitos falam, que o Marcos Gaúcho está falando besteira, porém, eu trabalho à noite, com carro da prefeitura, com ambulância, e ando, de dia, e, por isso, preste atenção, senhor secretário, faça, com que eu elogie seu trabalho, ao invés de ficar aqui, criticando-o. Tenha mais amor, aos nossos munícipes, que pagam seus impostos. Obrigado a todos”. Como os próximos inscritos, Vereadores Maria Helena Scudeler de Barros, Moacir Genuário, Samuel Nogueira Cavalcante e Sônia Regina Rodrigues desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: “Senhor presidente, membros da Mesa, caros senhores vereadores, público, ainda presente. Senhor presidente, serei rápido. O Ministério Público, notoriamente, ofereceu a denúncia, para o nosso Judiciário de Mogi Mirim, e o excelentíssimo senhor juiz não deu a liminar, de imediato, e pediu um prazo, de 72 horas, para colher informações, junto à



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

prefeitura municipal, principalmente, junto ao departamento de saúde. Acredito, que em três dias, saia o resultado da liminar, que será, ou não concedida. A liminar ainda não foi negada e, tampouco, concedida. Hoje, tive um dia tão cheio de trabalho, correndo, nas empresas, comprando vassoura, no supermercado, comprando produtos de limpeza, para atender aos meus clientes. Minha vida é uma luta, todos os dias, e, graças ao Nosso Senhor Jesus Cristo, não dependo da política para viver, e não estou direcionando o que estou falando, para ninguém. Quando estive em campanha, com o atual prefeito de Mogi Mirim, tivemos várias pessoas conosco, porque estávamos coligados e todas essas pessoas são conhecidos nossos e fazem parte do governo, hoje, que são comissionados. Eu não prometi nada a ninguém e essas pessoas estão lá, com o senhor prefeito, no governo, porque ele sentiu confiança nessas pessoas, que são competentes. O Luciano Hang, dono da Havan, falou uma coisa maravilhosa, e já ouvi, algumas vezes. Nós não devemos viver, com medo das pessoas, não devemos viver, achando que seremos sempre apunhalados, pelas costas, porque, o que eu tenho que passar, ou o que qualquer um de nós temos que passar, nós passaremos, por aquela provação. Agora, a vontade de levantar cedo, de trabalhar, de lutar, às vezes, sofro algumas derrotas, onde eu penso, que não conseguirei solucionar aquele problema e me levanto, novamente, e caminho e começo, novamente, e, enquanto eu estiver com saúde, tenho a mesma ideia, que o Luciano, porque não quero me aposentar, quero terminar os meus dias trabalhando, se Deus assim me permitir. Gostaria, que todos soubessem, que estou trabalhando a favor do nosso Executivo de Mogi Mirim, e me empenharei, cada vez mais, independentemente, se o prefeito falará alguma coisa, para mim, ou não, aliás, estou andando. O que eu não quero mais, é um governo irresponsável, igual ao governo do Gustavo Stupp, que acabou e detonou com a cidade. Não estou esperando, do Prefeito Carlos Nelson, nada, em troca. Na verdade, não espero nada, em troca, de ninguém, o que eu espero, realmente, é que Deus me dê forças, para eu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

continuar trabalhando e lamento, que muitas pessoas dependam disto aqui, não estou querendo dizer, que há algum vereador, que dependa da Câmara, nada disso, mas sabemos, que muitas pessoas vivem da política, e eu não vivo da política, faço isso, por amor ao povo da minha cidade, da terra, onde nasci, só isso, mais nada. Muito obrigado, senhor presidente, boa noite a todos e uma boa semana”. Com a palavra, Vereador Tiago César Costa: “Senhor presidente, vereadores, vereadoras. Hoje, foi muito falado sobre as questões da área rural e do sofrimento, vivido, por muitas pessoas da área rural: as estradas, a locomoção, a questão da Patrol, que foi roubada e não fizeram o seguro. Agora, estão investindo mais de 520 mil reais noutra patrol e, se a primeira máquina não fosse roubada, esse dinheiro poderia ter entrado, em uma outra área útil, para a nossa cidade, que tanto carece de benefícios. Não poderia deixar de dizer, para todos, que eu e o Vereador Moacir, como todos acompanharam aqui, na Câmara, fizemos nossa parte, em Brasília, para que o problema do Parque das Laranjeiras fosse resolvido. Na quarta-feira, até que enfim, a licitação sairá, para que as obras comecem, no Parque das Laranjeiras e também, no Murayama, um bairro tão destruído e conhecido, por todos. Não pode deixar tudo para o último ano de eleição: construir o hospital municipal, asfaltar o Parque das Laranjeiras, onde o dinheiro já está aí, e a licitação tinha que sair logo. Deve-se começar a pensar, no povo mais carente, falando, que fará mais habitação, e, no último ano, que é ano de eleição. Espero, que a licitação venha, na quarta-feira, e a situação dos moradores do Parque das Laranjeiras e do Murayama comece a mudar, de verdade, porque todos já se cansaram de ficar pagando carnê de IPTU, isso, há mais de 40 anos, e ninguém aguenta mais ouvir promessas e nada acontecer, na prática. Todo mundo cansou do velho discurso. Por que a velha política está sendo derrotada nas urnas? Porque o povo começou a enxergar, que apenas falar não adianta nada, tem que haver a execução, a obra precisa ser executada, a limpeza tem que ser feita, assim como, as estradas devem ser arrumadas e, infelizmente, a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

população pensa, que o vereador é quem faz, quem executa, quem faz a licitação, que é o vereador quem faz o asfalto, na rua, mas, infelizmente, não é, porque o vereador não tem poder, para que isso seja feito. Essa situação faz, com que a população fique confusa, achando, que o problema a ser resolvido é de responsabilidade de vereador, quando, na verdade, a responsabilidade é do prefeito e de seus secretários. A função de vereador é auxiliar, fazendo leis, buscando recursos. Que a população do Parque das Laranjeiras tenha dignidade, a partir de quarta-feira, iniciando uma caminhada, para que as obras sejam feitas ali, e me sinto feliz, não me importo, com a reeleição, ou não, e não dependo da política, para sobreviver, graças a Deus, tenho minha profissão e estudei, para isso, e, no meu sangue, há o social, antes de pensar, em vida pública, em pensar, em ser candidato a alguma coisa, por isso, viajei a muito locais, e, graças a Deus, ele me deu saúde, para fazer missões, na África, na Rússia, em comunidades ribeirinhas, com a população carente. Por correr, no meu sangue, a vontade de ajudar a humanidade, a população, a minha cidade natal, antes mesmo, de pensar, em ser político e entrar, na política. É por isso, que estou aqui, e se eu não for reeleito, glória a Deus, porque eu ajudei, nessa conquista, eu e o Vereador Moacir Genuário, para o povo do Parque das Laranjeiras, que espera, por isso, há mais de 40 anos. Glória a Deus, por ter aberto esta porta e ter feito esta ponte, e ter nos dado a capacidade de estar aqui, por quatro anos, e ter ajudado uma população, que esperava por isso há 40 anos. É isso que importa e o que corre, hoje, na minha veia, é lutar por esse povo. Já que o prefeito desviou 3 milhões, do caixa da CIP, da taxa de iluminação pública, vamos investir na saúde, o dinheiro está no caixa, parado, ele desviou dinheiro do caixa de iluminação pública e está estocado. E o povo está mendigando, por exames, por atendimento digno, por uma cirurgia, uma tomografia. Vamos criar vergonha, na cara, secretários e senhor prefeito! Peguem o dinheiro, que já foi desviado da iluminação pública, e vamos dar saúde e dignidade, para a população, porque dinheiro, no caixa, o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

senhor possui, os desviados 3 milhões e alguns mil reais, do caixa da iluminação pública - CIP. Muito obrigado e boa noite a todos”. Com a palavra, o Vereador Gérson Luiz Rossi Junior: “Boa noite a todos, novamente. Eu não poderia deixar de vir aqui, já que fui citado, pela Vereadora Maria Helena. Primeiramente, admiro muito a vereadora e já trabalhamos juntos. Somos os mais velhos aqui, da política, e estou completando dezoito anos de vida pública. Acredito, que a senhora tenha mais. Eu não mudarei minha fala mansa, continuarei, do mesmo jeito, fazendo a política, da maneira que quero, da forma, que aprendi, com meu pai e com a minha mãe, os quais eu tenho, como exemplos. Serei desse jeito mesmo e não mudarei, não irei gritar, espernear. Por dezoito anos fui assim e eu não mudo e, depois de velhos, não mudamos mesmo, continuamos sempre os mesmos. De integridade, vereadora, nesses dezoito anos. Nunca houve condenação, e denúncias, a senhora bem sabe, tive muitas, inclusive, todas do partido da senhora, o PSB. Em todas as ações, nas quais fui denunciado, nunca houve condenação, e isso, muito me orgulha, porque, em dezoito anos, passar pelo que eu passei, todas ações e todas as denúncias, e por ter feito parte, realmente, como já disse aqui, assumindo, um erro eleitoral, mas erro administrativo, eu não participei, e não dei nenhuma aprovação de loteamento, nem na Gestão Stupp, muito menos, na Gestão Carlos Nelson Bueno. As minhas atribuições são específicas, e não faço parte das aprovações e nunca fiz, aliás, Reserva da Mata e Paulitec e as outras questões, para as quais já fiz referência aqui, são ações, que estão, no Ministério Público e no Poder Judiciário, que são os órgãos, para que sejam resolvidos os conflitos. As minhas orientações, o meu conceito, como jurídico, eu já havia dito, para a senhora e para o governo municipal. É que, nos dois casos, e noutros, os quais já possuem matrícula registrada, no Cartório de Registro de Imóveis, e aprovado o loteamento, a situação do município é muito mais desfavorável, porque a anulação de um registro cartorário é muito mais difícil, do que uma situação, que está em andamento, e, se for falar de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

conhecimento técnico, teríamos muito tempo para falar daquilo que eu sei e conheço. Os meus questionamentos são: quando registrados, e a senhora bem disse aqui, o Reserva da Mata já estava à venda, é muito mais difícil, para o município, ganhar uma ação. Quero deixar bem claro, que não participei de nenhuma aprovação e muito menos, de uma revogação, e não participo dos acordos, que são feitos, na Justiça, ou no Ministério Público, loteamentos, que estão esperando, não são de meu conhecimento, e não passam pelo jurídico da prefeitura. Isso é questão de planejamento urbano, não tenho conhecimento da duração, se está levando seis, um ou dois anos. Quero deixar bem claro isso, para que não surjam outras interpretações, desse assunto. Referente à Santa Casa, a mesma coisa. Digo, desde 2017, quando entrei, nesse mandato de vereador. Cria-se conselho gestor, entre as duas partes. Falava-se, em congestão, o que não pode, mas, um conselho gestor, para dirimir e resolver os problemas. O Conselho dizendo, então, que não, porque já há uma comissão de avaliação, e a situação acabou chegando, onde chegou. Agora, é Justiça. Nós temos três ações: essa, citada pelo Vereador Tiago Costa; mais uma, em que a prefeitura entrou, contra a Santa Casa, e outra, em que a Santa Casa entrou, contra a prefeitura. Nós, vereadores, não teremos condições de resolver, ou ajudar. Como disse, o Vereador Geraldo Bertanha, só poderemos, agora, pedir ao Executivo: se for a longo prazo, construir o hospital municipal, mas, que, a curto prazo, imediatamente, possam ser resolvidos os problemas da saúde, porque a população não pode esperar mais um dia sequer. Agora, é momento de as partes sentarem, diante do Juiz, ou Promotor, e acordarem, o que cada um fará, a partir de agora, esquecendo-se o passado, porque, agora, é preciso olhar o presente, o que está acontecendo, agora, o fato que é, o cuidado, com o ser humano, e, se vai criar o hospital, é outra discussão, e isso passará, com certeza, pela Câmara, e aí, poderemos debater essa questão. O que precisa ser feito, de imediato, é cuidar e respeitar o ser humano, no seu atendimento hospitalar, sendo feito, pela Santa Casa. O resto é



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

atenção básica especializada, que a prefeitura já assume, no seu dia-a-dia. Obrigado”. Nada mais a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 23h47 do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.